

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.220 - SP (2018/0317389-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIARIO SA
ADVOGADOS : RENATA DE FREITAS BADDINI - SP182601
KELLY DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP308474
AGRAVADO : OSMARI SANTOS CONCEICAO
ADVOGADO : SHIRLEY PASQUALINA DOS SANTOS - SP244030

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 207, e-STJ):

RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO - DANO MORAL e MATERIAL - Colisão de embarcações - Alegação de ausência de comprovação da extensão dos danos e do nexo causal - Descabimento - Inquérito Administrativo, instaurado pela Capitania dos Portos de São Paulo, concluindo que o acidente foi causado em razão da conduta do Comandante da embarcação do Dersa - Recorrente, que não obstante as teses levantadas, não logrou na comprovação do disposto no artigo 373, II, do CPC - Responsabilidade configurada - Dano material - Acolhimento parcial - Tema precluso - Dano Moral - Ocorrência - Valor fixado apto à reparação nesse sentido - Ação, na origem, julgada procedente - Sentença mantida - Recurso desprovido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 186, 393 e 927 do Código Civil; 373, I, do Código de Processo Civil e às regras 15 e 16 do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar (RIPEAM-72).

Sustenta, em síntese, que a recorrida não comprovou os danos sofridos, uma vez que, no momento do acidente, não estava utilizando os serviços da empresa. Argumenta que os supostos danos deveriam ter sido pleiteados em face do condutor da embarcação em que a recorrida se encontrava.

Afirma que a condenação ao pagamento de indenização pelos danos morais, em razão da falta de prestação de socorro e a ausência de coletes salva-vidas, é

incabível, visto que inexistente o nexo de causalidade.

Argumenta, ainda, que o condutor da embarcação utilizada pela recorrida agiu de forma negligente, tendo desrespeitado normas marítimas.

Requer, por fim, que os juros moratórios referentes à indenização por danos morais incidam desde o seu arbitramento e não a partir do evento danoso.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 251/260, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 261/262, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Trata-se de ação ajuizada pela recorrida em face da empresa recorrente, pleiteando-se a indenização pelos danos materiais e morais suportados em razão da ocorrência de um acidente entre duas embarcações – a que a autora se encontrava e a da empresa ré.

Pleiteia a recorrente o afastamento das indenizações concedidas sob o argumento de que os danos não foram devidamente comprovados, de inexistência do nexo de causalidade e de que a culpa do acidente se deu por conta do condutor da embarcação em que se encontrava a recorrida.

O recurso, contudo, não merece prosperar, por encontrar obstáculo na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

O Tribunal de Justiça, à vista dos fatos e das provas constantes dos autos, sobretudo a documental e a testemunhal, concluiu que o acidente se deu por culpa da embarcação da empresa ré. Salientou-se que o inquérito administrativo levado a cabo pela Capitania dos Portos indicou que, pela ausência de para-brisas no barco e pelo tempo chuvoso, havia uma dificuldade visual para se navegar. Além disso, concluiu-se que a embarcação da recorrente deveria ter aguardado a passagem da outra condução, o que não se verificou.

Por fim, o Tribunal consignou a existência dos danos materiais, não tendo a recorrente provado fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito da autora

(fls. 209/213, e-STJ):

Narra a autora, em breve síntese, que no dia 23 de setembro de 2013, utilizou o transporte de catraia Iracema de n. 21 que fazia a travessia entre o Mercado (Santos) e Vicente de Carvalho (Guarujá), que se chocou com a lancha Paecará (da Dersa que também fazia o transporte de passageiros naquele dia) e virou com 17 pessoas a bordo. Aduz que o resgate dos passageiros foi feito por outros catraieiros que estavam por perto. Aduz que ficou desesperada e que não sabia nadar.

Afirma que a conduta do Comandante da embarcação requerida foi determinante para a ocorrência da colisão. Por tais motivos, invocando a responsabilidade da Dersa pela eclosão do evento, busca a sua responsabilização ao dever de indenizar os prejuízos sofridos (material e moral).

(...)

É norma processual incumbir ao requerido a demonstração de fatos extintivos ao direito do autor.

Inobstante as afirmações feitas pelas partes, cada uma sustentando a sua tese, o D. Juízo a quo, ao sanear o feito, determinou a realização de prova oral (fl. 80), sendo que na audiência de instrução e julgamento (fl. 115) houve a oitiva das testemunhas arroladas pela autora. De rigor deixar observado que não houve por parte do requerido a apresentação de rol de testemunhas.

A testemunha Maria Vilma dos Santos declarou que (fl. 116):

"(...) conheço a autora a seis anos. Eu tinha visão da catraia da autora. A catraia estava vindo pra o Guarujá, chegando no terminal. A balsa veio na transversal e chocou com a catraia (...) a autora não sabe nadar (...) eu vi um rapaz trazendo ela nos braços (...)"

No que tange a prova documental, de rigor transcrever o quanto asseverado pelo nobre juiz sentenciante:

E a prova emprestada colacionada a fl. 103 resolveu a crucial questão da imprudência do condutor da embarcação da requerida. O depoente Geraldo foi o encarregado pelo inquérito instaurado na Capitania dos Portos. Relatou que no referido inquérito "foi atribuída à Dersa e ao seu Comandante, (sic) a responsabilidade pelo acidente. No primeiro momento verificou-se que a embarcação da Dersa estava com a documentação desatualizada e o seu Comandante não estava apto para o porte da embarcação. Sem prejuízo havia dificuldade visual por conta da falta de para-brisa. No dia dos fatos estava chovendo. A colisão ocorreu logo após a saída

da embarcação da Dersa (...) Na verdade, a embarcação da Dersa deveria aguardar a passagem da catraia que estava na frente da embarcação. Tal situação foi possível ser analisada por conta de um vídeo fornecido pela Associação dos Catraieiros. Foi solicitado um vídeo para Dersa, mas esta informou que não tinha filmagem do local (...).

Ora, sem prova, ônus que incumbia ao apelante, a fazer frente ao direito da autora, tenho que a dinâmica articulada pelo requerido não saiu do terreno da penumbra, em desserviço à convicção plena e afirmativa, com infração ao art. 373, II, do Novo Código de Processo Civil.

(...)

Assim sendo, forçoso reconhecer a imprudência do condutor da embarcação do requerido, que com sua conduta, contribuiu para o evento narrado na inicial, restando, assim, demonstrado o nexo causal e o dano alegado, persistindo o dever à indenização.

(...)

Quanto a fixação dos danos materiais, observa-se que a pretensão da autora não foi acolhida em sua totalidade, todavia, esta não se insurgiu contra o acolhimento parcial, operando-se assim a preclusão.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Ressalte-se que a vedação da Súmula 7 do STJ impede, por semelhantes motivos, a análise da divergência jurisprudencial apresentada no recurso especial.

Ainda que assim não fosse, a pretensão do recorrente esbarraria na Súmula 13 do STJ, uma vez que apenas foram trazidos julgados do próprio Tribunal de Justiça de São Paulo, órgão prolator do acórdão recorrido.

A Corte estadual, também à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu que a vítima do acidente sofreu danos morais, nos seguintes termos (fl. 213/214, e-STJ):

No que concerne ao dano moral, inobstante o entendimento do recorrente entendo que este restou evidenciado, já que do evento narrado houve por parte da autora alteração de seu estado psíquico.

A desconstituição de tais premissas, portanto, também demandaria o reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento que, na via do recurso especial, como já salientado, encontra óbice no verbete da Súmula 7 do STJ.

Com relação ao termo inicial dos juros moratórios incidentes sobre a indenização por danos morais, a sentença, confirmada pelo Tribunal de Justiça, assim consignou (fl. 143, e-STJ):

Postas estas considerações fáticas e jurídicas, JULGO PROCEDENTE a presente ação reparatoria de danos ajuizada por OSMARI SANTOS CONCEIÇÃO em face de DERSA DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil condenar o réu a pagar à autora: a) os danos materiais consistentes no óculos apontado a fl. 18 e a taxa custeada a fl. 19; e b) a título de danos morais o valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais). Ambas condenações com juros de mora de 1% ao mês desde o evento danoso (Súmula 54 do Superior Tribunal de Justiça) e correção monetária nos moldes da Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo desde o arbitramento (Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça).

Verifica-se, portanto, que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual, nas hipóteses de responsabilidade extracontratual, os juros de mora incidem desde a data do evento danoso, nos termos da Súmula 54/STJ.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA E CARACTERIZAÇÃO DO DANO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. SÚMULA 54/STJ.

1. Recurso especial cuja pretensão demanda reexame de matéria fática da lide, o que encontra óbice na Súmula 7 do STJ.
2. Segundo o entendimento da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011), no caso de indenização por dano moral puro decorrente de ato ilícito, os juros moratórios legais

fluem a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 822.671/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/2/2018, DJe 09/2/2018)

Incide, no ponto, o óbice da Súmula 83/STJ.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora